

MOVIMENTOS CAMPONESES E QUESTÕES AMBIENTAIS: POSITIVAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA?

Everton Lazzaretti Picolotto¹

Marcos Botton Piccin²

Resumo

Os movimentos camponeses estão passando por mudanças em seu repertório de pautas e em seu formato de organização. Com a entrada de pautas ambientais no repertório de lutas (preservação ambiental, defesa da biodiversidade, do conhecimento tradicional e das culturas locais) e a transnacionalização da organização camponesa através da constituição da Via Campesina, os movimentos camponeses estão se tornando agentes centrais da contemporaneidade. O objetivo deste artigo é analisar como as questões ambientais têm reconfigurado o repertório de pautas dos movimentos camponeses. Para atingir esse objetivo, parte-se de um referencial teórico da sociologia ambiental; analisa-se como as questões ambientais estão sendo assimiladas pelos movimentos camponeses; e como estas questões tem reconfigurado os programas destes movimentos. A entrada de pautas ambientais tem possibilitado aos movimentos camponeses, além de melhoras na relação com os movimentos ambientalistas, possibilidades de positivação da agricultura camponesas por estarem sendo incorporadas preocupações ambientais.

Palavras-chave: movimentos camponeses, questões ambientais, Via Campesina.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Endereço: Rua Ery de Almeida Lima, nº 188, apart. 302, Camobi, Santa Maria-RS, CEP: 97105-120. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br.

² Médico Veterinário pela UFSM, Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Rua Maria Bicego, 115 fundos, Vila Santa Isabel, CEP: 13084-461 Campinas/SP. E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br.

MOVEMENTS BY FARMERS AND ENVIRONMENTAL SUBJECTS: THE AGRICULTURE FARMER'S POSITIVATION?

Abstract

The movements by farmers are going through changes in its repertoire of topics and in its organization format. In addition, with the introduction of environmental topics in the repertoire of requests (environmental preservation, defense of the biodiversity, of traditional knowledge and local cultures) and the farmer organization's trans-nationalization through the constitution of the called 'Via Campesina', the movements of farmers became central agents of the contemporary period. Therefore, the objective of this article is to analyze as the environmental subjects have rearranged the repertoire of the movements farmers' topics. Moreover, in order to achieve that, the research is based on a theoretical reference of the environmental sociology; it is analyzed as the environmental subjects are being assimilated by the farmers' movements; and as these subjects have rearranged the programs of these movements. Thus, the introduction of environmental issues has been making possible to the movements beside of improvements in the relationship with the environmental movements; possibilities of the agriculture farming positivation due environmental concerns are being incorporated.

Keywords: farmers' movements, environmental subjects, Via Campesina.

INTRODUÇÃO

Os movimentos camponeses do período contemporâneo têm passado por algumas mudanças tanto no seu repertório de pautas quanto no seu formato de organização. No que se refere ao repertório de pautas de luta os movimentos camponeses têm incorporado como centrais as questões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais. No que tange ao formato de organização a constituição da Via Campesina, como uma organização internacional de movimentos camponeses, tem possibilitado a articulação de lutas comuns em nível global.

Estas mudanças no repertório e na forma de organização dos movimentos camponeses têm objetivo de fazer frente à configuração recente do modo capitalista de exploração agrícola que tem gerado

aumento da degradação ambiental, ameaças à biodiversidade e desvalorização dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais. Nessa conjuntura, a condição de protagonismo que os movimentos camponeses têm assumido coloca-os entre os principais agentes sociais da atualidade que tem pautado o debate político em torno das questões ambientais, principalmente a partir da formação da Via Campesina.

Diante da incorporação dessas questões nas pautas dos movimentos camponeses, da formação de uma organização mundial e da importância que estes movimentos têm adquirido na contemporaneidade, este artigo tem por objetivo analisar como as questões ambientais reconfiguram o repertório de suas pautas de lutas. Para isso, procura-se, em primeiro lugar, tratar de maneira breve da entrada da questão ambiental na sociologia e da formação de um campo chamado de sociologia ambiental; em segundo lugar, analisa-se como a incorporação de questões ambientais na pauta desses movimentos tem reconfigurado a forma destes conceberem a natureza e motivado a redescoberta do valor dos conhecimentos tradicionais, da biodiversidade e dos territórios dos camponeses; por fim, procura-se explorar como esses movimentos pertencentes à seção brasileira da Via Campesina têm incorporado as questões ambientais nos seus programas, para isso elegeu-se para análise, particularmente, as suas apropriações particulares da noção de agroecologia. Para a elaboração do artigo utilizou-se como fonte de informações os documentos produzidos pelos movimentos, por seus intelectuais orgânicos e entrevistas com estes últimos.

A AFIRMAÇÃO DE UM CAMPO “AMBIENTAL” NA SOCIOLOGIA

A entrada de questões ambientais no campo da sociologia tem sido marcada por algumas controvérsias. Alguns autores têm assinalado a necessidade dos sociólogos expressarem uma maior preocupação com a questão ambiental, uma vez que muitos problemas ambientais da atualidade têm sua raiz em processos de mudança social (economia, cultura, ciência, política). Porém, essa reorientação da sociologia não tem se mostrado uma tarefa fácil de ser cumprida, uma vez que, de acordo com Lenzi (2003), a própria negligência do “natural” e a defesa da preponderância do “social” estaria na razão de ser da própria sociologia,

notadamente da vertente da sociologia durkheiminiana (dominante por longo período da história da disciplina). Aliada a esta questão Woodgate e Redclift (apud Costa Neto, 2004, p.116) chamam a atenção que na sociologia a discussão sobre “meio ambiente” encontra-se “em uma posição bastante ambivalente”, pois, se por um lado, “meio ambiente” vem sendo considerado “um produto cultural como outro qualquer”, por outro, “a análise sociológica, ao rechaçar o determinismo biológico e as teorias evolucionistas, se distancia dos temas relacionados com a natureza”. Assim, percebe-se, de imediato, que: 1) há dificuldade de entrada do “ambiente” como variável importante da análise sociológica; 2) a análise sociológica tem tratado dicotomicamente tanto a chamada “natureza”, quanto o “social”, como se o próprio “social” não mantivesse uma relação metabólica com a “natureza”, estabelecendo influências recíprocas em co-determinação, tendo na sua unidade a unidade da própria natureza.

As discussões acerca da relação entre sociologia e questão ambiental tomaram força no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nesse período, os sociólogos norte-americanos Riley E. Dunlap e Willian R. Catton propuseram a criação de uma “sociologia ambiental”. Sua proposta tinha como ponto de partida uma crítica à sociologia clássica por sua ênfase demasiada no social em detrimento do natural. Segundo avaliação recente do próprio Dunlap (2002, p.3), estas contribuições iniciais assinalaram em particular que a “tradição durkheiminiana de explicar os fenômenos sociais só em termos de outros ‘fatos sociais’[...] tem levado os sociólogos a ignorar o mundo físico em que vivem os seres humanos”.

Além dos trabalhos de Catton e Dunlap terem dado impulso inicial à sociologia ambiental e terem elaborado uma forte crítica ao “antropocentrismo” da sociologia clássica, estes autores também deram origem a uma corrente da sociologia ambiental que ficou conhecida como “realista” (Guivant, 2002; Lenzi, 2007). No entanto, além da formação desta corrente no campo ambiental da sociologia, constituiu-se uma outra corrente oposta a esta, no que se refere à forma de abordar as questões ambientais, amparada na perspectiva do “construtivismo social” e impulsionada na sociologia principalmente pelo livro “A construção social da realidade” de Berger e Luckmann (1973). Assim, para Guivant, o campo da sociologia ambiental desenvolveu-se através do debate entre os paradigmas realistas e construtivistas e o conflito entre estes atravessa a história dessa sociologia.

Os primeiros defendem a existência objetiva dos problemas ambientais independentemente da forma pela qual os atores sociais os percebem. Os segundos centram-se sobretudo nas representações sobre os problemas ambientais, não dando igual importância à verdade a respeito de um problema ambiental, mas ao modo como se define e que significados ele recebe de diversos grupos e atores sociais (Guivant, 2002, p.72).

Para a perspectiva realista “o estudo das interações entre meio ambiente e sociedade compreende o núcleo da sociologia ambiental” (Catton e Dunlap, 1979, apud Lenzi, 2003, p.21). Assim, como a ação humana depende da existência do meio ambiente para esta se desenvolver, esta abordagem entende que o ambiente deve ser considerado como um elemento fundamental da análise sociológica. Para esta perspectiva “não haveria nenhum processo inicial através do qual a cultura filtrasse o sentido da informação que nos chega do meio ambiente” (Costa Neto, 2004, p.121). Nessa perspectiva, o meio ambiente não pode ser representado simplesmente através de uma construção social, seja mediante a linguagem ou simbolicamente.

A sociologia ambiental realista constitui-se como “uma crítica materialista à sociologia predominante”, pois o “objetivo da sociologia do meio ambiente é demonstrar que o entorno biofísico é importante para a vida social e que, ao que parece, processos sociais como as relações de poder e os sistemas culturais tem uma base ou substrato material subjacente” (Buttel, 2002, p.32). Assim, a principal consequência dessa perspectiva da sociologia ambiental parece ter sido chamar atenção para o “enraizamento material da vida social” (id.).

Se a perspectiva realista da sociologia ambiental fez emergir o ambiente natural ou material como um dos condicionantes do social, a perspectiva do construtivismo social permitiu que essa sociologia percebesse que existem diferentes percepções sobre o natural e que as apropriações singulares do natural revelam relações de poder. Nesse sentido, a perspectiva construtivista se propõe entender como os indivíduos atribuem significados a seus mundos, como o conhecimento e as “verdades” sobre a natureza e suas relações com o humano são socialmente construídas. Nessa perspectiva, tem-se que toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma idéia do que seja a natureza e com isso institui a si mesma. Assim, a natureza não existe por si, uma vez que as

representações sociais a este respeito são resultado da relação entre natureza e sociedade. Ela é criada e instituída socialmente segundo os referenciais materiais e culturais de cada sociedade ou grupo social. Nesse entendimento, a compreensão sobre a natureza constitui um dos pilares através do qual os seres humanos estabelecem as suas relações sociais, sua produção material e subjetiva, enfim, a sua cultura.

Desde a perspectiva construtivista na sociologia ambiental as principais questões que têm sido estudadas se referem particularmente ao papel da incerteza na análise dos riscos ambientais e tecnológicos. Sem negar a existência de uma realidade objetiva nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, levanta-se a necessidade de entender os conflitos que não só atravessam as relações entre peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica, pelo fato de que, por exemplo, a definição de um incidente de poluição, um padrão de qualidade ambiental ou um alimento seguro depende de julgamentos sociais em combinação com evidências científicas (Guivant, 2002).

Contudo, para Dunlap (2002, p.15) a perspectiva do construtivismo social, ao menos em sua variante mais “dura”, teria algumas limitações. Segundo seu juízo essa perspectiva “afirma que o meio ambiente (e nossas relações com ele) é uma construção puramente social’ no sentido de que ‘é simplesmente um produto da linguagem, do discurso, e dos jogos de poder’”. Diante dessa definição, “o construtivismo duro ‘nega a importância da natureza como um objeto externo à experiência humana’” (id.). Assim, para o autor, essa perspectiva tenderia a secundarizar as possibilidades de examinar as relações entre a sociedade e seu entorno, porque não reconheceria nada (ao menos nada conhecível) externo à sociedade humana e, em função disso, “sugere um papel muito limitado” para as análises sociológicas dos problemas ambientais.

Uma das principais críticas que os representantes da corrente realista colocam ao construtivismo social, segundo Guivant (2002), seria a de que este cai num relativismo sobre as verdades dos problemas ambientais que levaria a uma passividade política. Por seu lado, os construtivistas defendem-se argumentando que os realistas não podem assumir-se com o direito de falar pela “natureza”, porque os conhecimentos são parciais e baseiam-se em julgamentos de valor. Assim, mesmo a ciência poderia ser considerada como “situada”, pois esta é feita por seres humanos, que têm cargas culturais, que estão em determinado lugar social e imersos em relações de poder. Dessa forma, para os construtivistas não é

possível se construir explicações sociológicas do que é “o” real em absoluto, tendo em vista que as percepções da natureza e dos problemas ecológicos são diversas.

Apesar dos conflitos entres estas abordagens, para Buttel (2002, p.42), as questões principais neste campo da sociologia seguem girando em torno da ênfase relativa que os autores colocam na “natureza biológica/ecológica” ou na “natureza distintivamente social das sociedades humanas”. Porém, no período mais recente, abriram-se possibilidades de se procurar articular elementos das duas abordagens no campo da sociologia ambiental. Para Buttel (id.) “estas perspectivas, longe de serem irreconciliavelmente contraditórias, apresentam grandes oportunidades para sua mútua fecundação”. Também Dunlap (2002, p.20) reconhece que “as análises das interações entre a sociedade e o meio ambiente claramente foram enriquecidas (e, com freqüência, complexificadas) com a maior conscientização dos sistemas simbólicos e socioculturais ligados a vários aspectos do entorno que fomenta quem mantém uma orientação construtivista”.

Um dos autores da sociologia ambiental que tem feito esforços teóricos visando superar a dicotomias material/natural versus social é Richard Norgaard, através da formulação da noção de coevolução . Para ele os seres humanos coevoluem conjuntamente com os sistemas ambientais, ambos influenciando-se mutuamente. Dessa forma, o “desenvolvimento pode ser descrito como um processo de coevolução entre os sistemas sociais e meio-ambientais” (2002, p.171). A partir dessa abordagem pode-se procurar explicar como as atividades humanas modificam “os ecossistemas e como os ecossistemas estabelecem um marco para a subsequente ação individual e organização social” (Woodgate e Redcliff, apud Costa Neto, 2004, p.122).

Portanto, na visão de Norgaard, tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura, mediante uma recíproca pressão seletiva. Trata-se de uma visão co-evolutiva do mundo: co-evolução social e biológica, co-evolução entre natureza e cultura, donde deriva-se, neste âmbito, a criação e valorização de noções como biodiversidade e diversidade cultural (Froehlich, 2004, p.132).

Assim, entender os recursos naturais como algo que está dentro dos sistemas ambientais pode ser uma chave importante para compreender as relações entre natureza e sociedade.

Se a sociologia ambiental contemporânea tem procurado articular realismo e construtivismo e, segundo Norgaard, esta deveria tratar da mútua determinação entre os sistemas ambientais e sociais, uma opção metodológica que procure tratar tanto dos elementos materiais/ambientais, quanto dos elementos socioculturais para analisar os movimentos camponeses parece uma boa opção.

OS MOVIMENTOS CAMPONESES E O (RE)DESCOBRIMENTO DA NATUREZA: AMBIENTALISMO CAMPONÊS?

Os movimentos camponeses no Brasil tradicionalmente se constituíram por reivindicação de acesso à terra, por melhores condições de trabalho e pela constituição de formas autônomas de organização socioeconômica (Medeiros, 1989). Até os anos de 1950 as lutas deste segmento social se deram de forma isolada e fragmentada. Somente nesse período é que foi introduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) a categoria política “camponês” buscando identificar segmentos sociais variados do campo e visando articulá-los em nível nacional (Martins, 1983; Stedile, 2002). Constituíram-se, então, a partir desse período, as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).³ As pautas destes movimentos centravam-se, basicamente, na luta por reforma agrária e por direitos trabalhistas. Devido à expressividade que estes movimentos alcançaram, com o golpe militar de 1964, passaram a ser reprimidos e desmobilizados (Medeiros, 1989).

No bojo do processo de redemocratização do país iniciado a partir do final dos anos de 1970, novos movimentos camponeses surgiram e as pautas por reforma agrária e por direitos trabalhistas voltaram a ser

³ Além da atuação do PCB na organização de movimentos camponeses, também contribuíram para a constituição destes movimentos a Igreja Católica e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em alguns casos a ação de um desses agentes se dava em oposição aos outros, como no Rio

destacadas, juntamente com reivindicações de ampliação dos espaços de cidadania (direitos políticos, sociais e culturais) e questionamentos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Nesse processo surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as “oposições sindicais” ao sindicalismo da CONTAG que viria a formar o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, mais recentemente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Alguns destes movimentos desde sua origem já se contrapunham ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro estimulava para a agricultura (produção especializada de monoculturas voltadas para exportação), destacando preocupações ambientais. Os seringueiros da Amazônia, por exemplo, além de lutarem por reforma da estrutura agrária, também incluíam em suas lutas a reivindicação da criação de “reservas extrativistas” para preservar os seringais nativos, pois na sua ótica “a floresta tinha mais valor em pé do que derrubada” (Medeiros, 1993). O sindicalismo cutista rural, além de questionar as políticas estatais de estímulo aos monocultivos de soja no Sul do país, também procurou estimular a recuperação do policultivo tradicional, de sementes crioulas, o desenvolvimento de “tecnologias alternativas” adaptadas para a pequena agricultura e o estímulo ao cultivo de produtos de forma orgânica.⁴ O MAB e o MST, tanto ao questionarem as obras de construção de barragens quanto a estrutura concentrada dos recursos naturais (materializados na “terra”), questionaram, quando olhado com maior cuidado, formas de usos de recursos naturais e, principalmente, as desigualdades no acesso a estes recursos.

Se considerarmos que o que está no centro das reivindicações desses movimentos é um questionamento de uma determinada distribuição ecológica na sociedade brasileira, seríamos levados a considerar que desde a origem esses movimentos camponeses possuem um cunho ambiental. Ou seja, a partir das elaborações de Alier (1997) estamos considerando a distribuição ecológica como uma distribuição desigual dos recursos

Grande do Sul, onde o PTB ajudava a constituir o MASTER e a Igreja Católica combatia esse movimento acusando-o de “comunista” e de levar a “baderna” para o campo.

⁴ Piccolotto (2006) faz uma análise pormenorizada das pautas de luta e dos projetos do sindicalismo cutista no Sul do Brasil.

ecossistêmicos no âmbito das sociedades contemporâneas, caracterizadas, por este ponto de vista, pela propriedade privada dos recursos produtivos.⁵ Porém, mesmo que estes movimentos já tratassem de forma indireta (ou vaga) algumas questões ambientais nos anos 80, foi somente com a constituição da seção brasileira da Via Campesina no final dos anos de 1990 que as pautas ambientais entraram de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações de alguns dos movimentos rurais dos mais importantes da atualidade, como o MST, o MPA e o MMC⁶. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas em cerca de 175 países da América, Ásia, África e Europa (FIAN; Via Campesina, 2004). Segundo Fernandes (2004, p.2), em seus documentos “a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, s.n.t.)”. Além disso, segundo Borrás (2004, p.3):

Vía Campesina se ha revelado como un actor principal en las actuales luchas populares internacionales contra el neoliberalismo que, entre otras cosas, exigen responsabilidades a las agencias intergubernamentales, se enfrentan y se oponen al control corporativo sobre los recursos naturales y la tecnología, y defienden la soberanía alimentaria. Además, ha contado con un papel destacado en campañas de gran polémica política como, por ejemplo, las dirigidas contra la OMC, los gigantes corporativos mundiales como McDonalds, y los organismos modificados genéticamente (OMG) y las multinacionales que los fomentan, como Monsanto.⁷

⁵ Na medida em que estes movimentos defendem as condições de vida locais, a dinâmica da biodiversidade e/ou questionam os direitos de propriedade, estes movimentos camponeses podem ser considerados “ambientais”; mesmo o MST que até meados da década de 1990 tinha forte simpatia ao padrão tecnológico da chamada “revolução verde” e rejeitava a alcunha de ecologista. Fundamentalmente, esses movimentos tendem a colocar em xeque um valor social tomado como natural na sociedade capitalista: o direito de propriedade da terra que conforma, também, o direito privado do uso de conhecimentos socialmente gerados, que por sua vez naturaliza poderes assimétricos de domínios sobre o território ecossistêmico entre os indivíduos e classes sociais (Moreira, 2004).

⁶ O Movimento de Mulheres Camponesas é herdeiro político do MMTR.

⁷ Grifos nossos.

Ainda segundo Borrás (2004), com os processos de globalização econômica, de aumento dos riscos ambientais e de diminuição do poder dos Estados Nacionais, os movimentos camponeses foram estimulados a se internacionalizar, sem perder seu caráter nacional e local.

Uno de los resultados de este cambio se concreta en el surgimiento de movimientos sociales rurales ‘policéntricos’ (‘redes coordinadoras con diversos centros de poder’ ubicados en distintos planos: internacional, regional, nacional y local) que luchan por construir estructuras coordinativas más coherentes para alcanzar, al mismo tiempo, una mayor integración vertical (Borrás, 2004, p.4-5).

Atualmente a Via Campesina é a principal “rede” de movimentos camponeses articulada em nível mundial. A constituição da seção brasileira da Via Campesina se deu oficialmente no ano de 1999. Os movimentos brasileiros que fazem parte desta organização são: o MST, o MAB, o MPA, o MMC e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

Como apontado, os movimentos sociais do campo ligados à Via Campesina têm procurado promover lutas de enfrentamento em escala global à apropriação privada dos recursos naturais (biodiversidade é um dos principais), tecnologias e conhecimentos tradicionais sobre os recursos da natureza, além de defenderem a soberania alimentar; para sintetizar, lutam para interferir na distribuição ecológica atual entre grupos e classes sociais. Estes movimentos entendem que os conhecimentos sobre as plantas e os animais que estão sendo alvos de patentes e de apropriação privada, foram produzidos por sucessivas gerações humanas em sua relação com ambiente onde viveram e, portanto, estes deveriam ser patrimônio do grupo social herdeiro ou da humanidade. Nas palavras de um intelectual orgânico da Via Campesina no Brasil:

A busca do resgate, conservação e preservação da biodiversidade e do meio ambiente nas práticas da produção agropecuária e florestal, assim como da sanidade dos alimentos e matérias-primas para a agroindústria dos camponeses, demanda maneiras de se relacionar com a natureza e com os homens que ensejam suplantam as práticas de exploração do trabalho e de degradação do meio ambiente

intrínsecas ao modelo capitalista de produção agropecuário e florestal (Carvalho, 2007, p.3-4).

Se, como se apontou com a discussão da sociologia ambiental e da distribuição ecológica, as atribuições de sentido à natureza e aos humanos é situada e revela relações de poder, então se pode pensar a luta dos movimentos camponeses contra a apropriação dos recursos naturais pelas empresas capitalistas (e o conhecimento científico moderno) e pela preservação do “conhecimento tradicional” dos camponeses, não somente como uma luta política pelo controle dos recursos naturais, mas também como luta pela atribuição de sentido aos bens naturais e uma forma de produzir e de relacionar-se com a natureza. De uma forma mais ampla, pode-se interpretar que existe uma disputa por determinada compreensão sobre a *natureza*, as relações que se deve ter com ela e a forma que os seres humanos podem fazer uso dos recursos naturais. Os desfechos desta disputa tendem a beneficiar determinados agentes sociais em detrimento de outros.

Para procurar compreender a luta por atribuição de sentido à natureza e pela forma de produzir entre os movimentos camponeses e empresas capitalistas convêm, antes de tudo, tratar de algumas diferenças entre a forma de relacionamento desses agricultores (que mobilizam, muitas vezes, o que se concebe como “conhecimentos tradicionais”) e da ciência convencional com a natureza, pois duas formas de mediação e concepção são mobilizadas; mesmo considerando que estas diferenças não podem ser absolutizadas, mas que possuem princípios diferentes de relação.

Consideramos que os agricultores/as dos movimentos camponeses em destaque neste artigo tendem a conceber a natureza como um conjunto que abarca sua vida, onde as chamadas leis da natureza seriam também as leis da vida, resultado dos processos de socialização. Nesse sentido, o “conhecimento tradicional” pode ser definido como um saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos de modo oral de geração em geração. Não existe, assim, uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim certa continuidade entre ambos (Diegues, 2000). É importante reconhecer também que estes agricultores, na maioria das vezes, tiveram uma *história incorporada* por processos vividos fora do sistema educacional formal. Suas visões de mundo, valores, saberes e suas concepções de sociedade foram construídas nesses

processos e tende a constituir *modelos de ação* (Bourdieu, 1996). Nos referimos, especialmente, aos diversos segmentos sociais de diversas regiões do país conhecidos e representados como: “caipira”, “caiçara”, “tabaréu”, “caboclo”, “sitiante”, “agregado”, “morador de favor”, “colonos do sul” (Moreira, 2005; 2006). Neste modo de conhecimento a coevolução entre o meio ambiente e os seres humanos constitui o mundo sociocultural.

A ciência convencional tende a encarar a biodiversidade como “a variabilidade entre seres vivos de todas as origens” (Diegues, 2000, p.31). Nessa concepção, a biodiversidade é uma característica do “mundo chamado natural”, um recurso, produzida exclusivamente por este “mundo” e que pode ser analisada segundo categorias classificatórias da ciência. Assim, entende-se a biodiversidade como “fruto exclusivo de interações entre os elementos e funções do mundo natural” (id. p.32). Como a ciência moderna considera a biodiversidade *em si*, não levando em consideração a influência humana na sua produção, o conhecimento das populações tradicionais, na maioria das vezes, também é descartado por ser considerado impreciso e “carregado de misticismo e magia”. Ou seja, a ciência constituiu-se tentando operar uma disjunção entre as atribuições culturais e o meio físico natural na busca das verdadeiras leis científicas que explicassem seu funcionamento. Essa concepção instrumental da natureza funda e legitima a ação das empresas capitalistas que exploram indiscriminadamente os recursos naturais. Contudo, nesse aspecto, poderíamos argumentar, que o conhecimento do meio físico natural *em si* é impossível de ser acessado pelos humanos, pois qualquer forma de conhecimento é sempre uma atribuição cultural a um fenômeno físico, relativo a cada conjunto de princípios que funda uma determinada visão de mundo.

Ao contrário da ciência convencional que pretende olhar a natureza de “fora”, os camponeses não só tendem a considerarem-se como parte dela, como também nomeiam e classificam as espécies vivas e os recursos inanimados segundo suas próprias categorias, nomes e utilidade. Essa “diversidade de vida não é vista como ‘recurso natural’, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia” (Diegues, 2000, p.31). Nesse sentido, pode-se falar numa *etnobiodiversidade*, ou seja, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a.

Dessa forma, para Diegues (2000, p.32), pode-se concluir que “a biodiversidade pertence *tanto ao domínio do natural [quanto] do cultural*, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações tradicionais [camponeses] possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la”. Além disso, pode-se ainda acrescentar a essa análise que quando olhado esse processo de aprimoramento da biodiversidade gerado pelos camponeses sob a luz da noção de coevolução de Norgaard, pode-se acrescentar que os camponeses e a biodiversidade de seu lugar evoluem conjuntamente, determinando-se mutuamente. Assim, não é só a biodiversidade que evolui com a ação humana, mas os homens e as sociedades evoluem conjuntamente com as mudanças da natureza, enriquecendo-se na medida em que a biodiversidade se enriquece ou empobrecendo-se na medida em que diminui a riqueza da biodiversidade. É uma via de mão dupla onde o homem contribui na determinação da natureza e ao mesmo tempo em que é também determinado por ela.

Assim, pode ser considerado que os camponeses e a biodiversidade participam de um espaço, pertencem a um *lugar*, um território como *lócus* em que se produzem as relações sociais e simbólicas. São parte de um agroecossistema, de base material/natural e cultural/simbólica ou de um *etnoagroecossistema local*, como chamaram Sevilla Guzmán e Molina (2005). Para estes autores grande parte do conhecimento humano sobre a biodiversidade foi produzido pelos camponeses através das suas inter-relações com o ambiente em que estão inseridos e os seres vivos de seu lugar.

Embasados em concepção semelhante os movimentos sociais articulados na Via Campesina têm reivindicado direitos sobre os conhecimentos sócio-historicamente produzidos sobre a biodiversidade e têm apontados os riscos ambientais que as práticas de exploração predatória dos recursos naturais podem trazer.

Desde o princípio da formação deste movimento camponês internacional esta questão esteve presente. Como destacado por Alier (1995, p. 102):

el insipiente movimiento ecologista popular relacionado con la biodiversidad agrícola plantea dos cuestiones: el reconocimiento (y discutiblemente el pago) de los Derechos de los Agricultores sobre los recursos genéticos por ellos

conservados y mejorados *in situ*; en segundo lugar, el acceso en condiciones favorables, posiblemente gratis, a las variedades conservadas y mejoradas *ex situ*, con al argumento que los materiales genéticos originarios provienen de la agricultura tradicional y que nada se ha pago por ellos.

Em documentos mais recentes relacionados à temática da preservação da biodiversidade a Via Campesina destaca a intenção de buscar a valorização e a preservação do conhecimento camponês e da diversidade genética produzidas:

Opomo-nos que privatizem e patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes, a vida, são propriedade da própria vida. [...] Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e artesãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos quem conserva, cria e maneja sustentavelmente a biodiversidade agrícola, que foi, é, e será a base de toda a agricultura (Via Campesina, 2003, p.23-24).

A discussão feita por esta organização camponesa internacional acerca da preservação da diversidade genética e do conhecimento camponês está intimamente relacionada com a construção da agroecologia. Inclusive alguns autores que tem influenciado fortemente a construção da agroecologia como temática de pesquisa das ciências sociais e de ação política a ela relacionada ligam a agroecologia com a discussão sobre o modo de produzir e viver do campesinato.

Sevilla Guzmán e Molina (2005), visando estabelecer ferramentas teóricas que possam auxiliar os movimentos camponeses a combater as políticas neoliberais na América Latina (que visam apresentar a inevitável evolução da agricultura familiar para o agronegócio, no contexto da agricultura industrializada em sua atual versão transgênica), apresentam a agroecologia como alternativa. Para isso, destacam que a “solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar” (Sevilla Guzmán; Molina, 2005, p. 11) Assim:

Dado que a agroecologia supõe o manejo dos recursos naturais surgido desde as identidades dos etnoagroecossistemas locais; a existência desta matriz sociocultural pode contribuir com um elemento essencial na configuração de um potencial endógeno humano que mobilize a ação social coletiva em que se baseia a agroecologia [...]. (id., p.14).

Na perspectiva agroecológica, então, “o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social” ele é também “uma forma de manejar os recursos naturais vinculadas aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de ‘camponesidade’” (id., p.78).⁸ Assim, “o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução (Norgaard, 1994) que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental” (Sevilla Guzmán; Molina, 2005, p.81-82). Por isso, para estes autores, a agroecologia identifica-se como “genérica do campesinato na história”, sua forma de trabalhar e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais.

Esta tentativa de buscar, na “forma de manejar os recursos naturais” do campesinato, bases para um projeto de agricultura ecológica, em oposição ao modelo de agricultura moderna convencional, está fortemente ancorada numa concepção clássica acerca do campesinato. Para Alier (1995, 107), as raízes desta concepção estão na “ideologia de resistencia campesina contra la agricultura moderna” que se chamou de “agrarismo” (no México), “narodnismo” ou “populismo pro-campesino” (na Europa do leste a partir de 1870). Porém, Alier (1998, p.155) chama atenção que “a vinculação ideológica explícita entre ‘agrarismo’, ou ‘narodnismo’, ou populismo pró-camponês’ (todos sinônimos) e o ecologismo é recente”. Esta vinculação surgiu, mais fortemente, com a formação de um movimento “agrarista-ecológico” internacional “que tem

⁸ Para estes autores a matriz sociocultural e produtiva camponesa deve servir de base para a elaboração de uma nova agricultura calcada na agroecologia. Disso resulta que o grau de “camponesidade” das práticas agrícolas pode ser indicativo de aproximação de práticas sustentáveis ou de afastamento delas. Quanto maior o grau de “camponesidade” de determinada prática agrícola maior sua sustentabilidade e quanto menor a “camponesidade” das práticas mais afastadas da sustentabilidade elas estão.

destacado o trabalho do campesinato no desenvolvimento dos recursos genéticos” (id.), a Via Campesina.⁹

Seguindo linha semelhante, a base teórica do livro “*O campesinato no século XXI*” organizado por Horácio Martins da Carvalho, em nome da Via Campesina no Brasil, está fundamentada nas elaborações de Chayanov (um dos maiores expoentes do “populismo russo”), Tepich (marxista polonês que teorizou sobre a resistência camponesa no capitalismo), além de um marxismo heterodoxo.¹⁰

Carvalho (2005) destaca que, diante da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes utilizados para controlar o seu proveito, as famílias camponesas desenvolveram uma racionalidade que lhes é própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a *racionalidade camponesa*. Essa racionalidade apóia-se em dois elementos centrais: a *garantia continuada de reprodução social da família* e a *posse sobre os recursos da natureza*. Dessa forma, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (id., p.170).

O *camponês* constituiu-se, assim, para Carvalho (2005, p.171), “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Dessa forma, a Via Campesina ao mesmo tempo em que tem procurado resgatar os conhecimentos tradicionais camponeses, a biodiversidade e apresentar a agroecologia como um modelo agrícola alternativo e uma forma particular de relacionar-se com a

⁹ Recentemente “Nasceu internacionalmente a consciência da perda de biodiversidade agrícola e silvestre e, por sua vez, o alarme ante os possíveis efeitos sociais e, possivelmente, os incertos efeitos ecológicos provenientes das novas biotecnologias.” (Alier, 1998, p.155).

¹⁰ Chayanov (1974) desenvolveu estudos socioeconômicos acerca das unidades econômicas camponesas na União Soviética. Para ele, os camponeses não trabalham com objetivo de obterem lucros, mas com intenção de satisfazerem suas próprias necessidades. Para isso, seguem uma lógica diferenciada da racionalidade instrumental capitalista e que obedece a uma lógica de equilíbrio entre o *consumo* e o *trabalho* da família. Já o polonês Tepicht (1973) caracterizou a economia camponesa como um modo de produção particular: o “modo de produção camponês”. Este modo de produção não é gerador de uma formação socioeconômica particular, mas ele está presente nas formações existentes, adapta-se e internaliza, à sua maneira, em cada formação socioeconômica, ao mesmo tempo em que deixa, com maior ou menor intensidade, a sua marca. Assim, para Tepicht, os camponeses possuem grande capacidade de resistência e de adaptação e essa capacidade de resistência fundamenta-se no que chama de *forças marginais e não transferíveis* do estabelecimento camponês, que seriam os “serviços dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, velhos e crianças, além da margem de tempo disponível pelo chefe de família” (Tepich, 1973, p.37-38).

natureza, ela também tem procurado centrar suas ações no enfrentamento ao modelo de agricultura moderna especializada, representada, principalmente, pelos grandes monocultivos tecnificados e pelas empresas capitalistas transnacionais detentoras de grande parte do direito de exploração do material genético da agrobiodiversidade.

Por traz dessa luta está, como se buscou tratar durante este artigo, uma disputa sobre o significado da natureza¹¹, o conhecimento sobre os recursos naturais e os direitos sobre o patrimônio genético da biodiversidade. De um lado, para concepções clássicas da ciência convencional e de empresas capitalistas, a natureza tem suas leis que podem ser descobertas pelo método científico. O cientista ou a empresa que produzir a “descoberta” de tais leis deve ter o direito sobre a “propriedade intelectual” da descoberta (conhecimento), podendo também cobrar um preço da sociedade para a sua utilização. Ou seja, nessa concepção o descobridor torna-se dono da descoberta, detentor de uma parte do conhecimento da natureza. Por outro lado, na concepção camponesa e de algumas correntes científicas alternativas, a natureza não pode ser separada artificialmente dos homens. É entendida como o resultado sócio-histórico da inter-relação entre o homem e o meio onde este está inserido. Nessa última concepção de natureza, o conhecimento é historicamente construído como resultado da relação homem-natureza e, assim sendo, não existe um “dono” do conhecimento, mas sim a humanidade (e, portanto, a natureza). O conhecimento acerca da natureza e da cultura defendido pelos movimentos camponeses e algumas correntes científicas alternativas, deve ser utilizado socialmente para o aumento do bem estar coletivo e da harmonia entre homem-natureza.

O controle do conhecimento e o domínio sobre a biodiversidade são fontes de poder que possibilitam às empresas capitalistas definirem como se dão os processos de produção agrícola em grande parte do mundo. Contra essa tendência, como se destacou, têm se erguido os movimentos camponeses que têm procurado articular-se em escala global. Porém, as assimetrias de poderes nessa luta são vultosas, enquanto essas empresas têm ao seu lado boa parte da ciência convencional, apoio do capital financeiro internacional e da maioria dos governos dos Estados Nacionais, os movimentos camponeses e ambientalistas têm se baseado no

¹¹ Não cabe aqui aprofundar a discussão sobre os múltiplos significados que a noção de natureza adquire em diferentes momentos do conhecimento humano, outros trabalhos já fizeram isso, a exemplo de Lenoble (1990), Whitehead (1993) e Froehlich (2002; 2004).

resgate e fortalecimento dos saberes ditos tradicionais e em algumas correntes científicas (que mesmo diante do crescimento de sua importância continuam minoritárias). Além disso, têm ao seu lado alguns movimentos ambientalistas, setores de governos de Estados Nacionais e algumas Organizações Não Governamentais (ONG's). Neste sentido, tal conflito não revela apenas concepções muito diferenciadas da relação homem-natureza, mas também formas díspares de conceber o desenvolvimento das sociedades humanas.

Diante da constituição desse campo de luta pela definição dos significados da natureza, pela formas de utilização dos recursos naturais e os conhecimentos sócio-historicamente produzidos, onde os movimentos camponeses são um dos principais agentes, fica evidente que estes movimentos além de serem “sociais” (na medida em que definem adversários e projetos sociais), também são “ambientais”, pois estão sendo permeáveis às questões ambientais contemporâneas. Na medida em que estes movimentos têm atuado contra determinadas formas de utilização de recursos e de conhecimentos da ciência convencional, consideradas insustentáveis ou injustas, contrapõem-se tanto social e politicamente, quanto ambientalmente contra os agentes da exploração agrícola capitalista “moderna” (empresas nacionais e transnacionais, cientistas convencionais, governos, etc.); neste sentido, podem ser considerados movimentos sócio-ambientais. São sócio-ambientais também na medida em que propõem novas bases tecnológicas para a agricultura calcadas no que tem se chamado de “agroecologia” (Picolotto, 2008). No tópico seguinte procuramos explorar como a entrada de questões ambientais tem reconfigurado o repertório de lutas dos movimentos camponeses brasileiros e, particularmente, como a noção de agroecologia tem sido incorporada nas pautas destes movimentos.

MOVIMENTOS CAMPONESES E NATUREZA: O ANCORADOURO ECOLÓGICO

A incorporação da noção de agroecologia nos programas dos movimentos sociais é um dos exemplos de como as questões ambientais têm sido incorporadas tanto como forma de enfrentar o modelo de

desenvolvimento da agricultura promovido pelas empresas transnacionais, quanto forma de tentar (re)criar um modelo agrícola camponês, como vem sendo formulado por importantes autores.

Para Sevilla Guzmán o campesinato é uma “forma de manejar” os recursos naturais que permite a reprodução do homem e da natureza (que são um todo) conservando a biodiversidade ecológica e sociocultural. A agroecologia, dessa forma, é uma forma de entender e atuar para “campenisar” a agricultura, a pecuária e o florestamento, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e idosos), de classe (não exploração do trabalho pelo capital), de espécie (não esgotamento dos recursos naturais disponíveis), de gênero (contrária à visão androcêntrica), de identidade (não exploração entre etnicidades) (Sevilla Guzmán 2000; Sevilla Guzmán e Mielgo, 2002). Assim, nessa compreensão a agroecologia além de ser uma forma de produção agrícola, também se constitui de elementos socioculturais.

Definições semelhantes têm sido elaboradas por intelectuais orgânicos e movimentos da Via Campesina no Brasil. Carvalho (2007), por exemplo, além de definir a agroecologia como uma nova “matriz tecnológica”, também a define como uma “relação homem-natureza” mais harmoniosa na produção agropecuária e florestal, como uma síntese “mais desenvolvida” das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto ecológico. Em suas palavras:

Tem havido um esforço muito intenso para a conscientização camponesa no que se refere à matriz tecnológica de produção a partir dos princípios gerais da agroecologia. Poder-se-ia dizer que há uma corrente de pesquisadores e de técnicos, nacionais e de outros países, ligados ao campesinato que consideram a *agroecologia, enquanto concepção de matriz tecnológica e de relação homem-natureza na produção agropecuária e florestal, como uma síntese geral e mais desenvolvida das iniciativas de geração e implantação de tecnologias social e ecologicamente sustentáveis* que vêm sendo desencadeadas desde a década de 50 do século passado (Carvalho, 2007, p.6).¹²

¹² Grifos nossos.

Görgen (2004), outro intelectual orgânico influente entre os movimentos da Via Campesina, ao tratar das mudanças desejáveis no “modelo tecnológico” da agricultura convencional destaca que é necessário “substituir o modelo tecnológico da Revolução Verde pelo modelo tecnológico da agricultura ecológica, baseado nos princípios da agroecologia” (id.,p.52). Além disso, Görgen ressalta que em sua compreensão o “novo modelo tecnológico da agroecologia” deve ser entendido como “restaurador e conservador da fertilidade natural do solo, poupador de energia, produtor de alimentos limpos e saudáveis, utilizando mecanização leve e adaptada à nossa realidade, policultivo, diversificação de culturas e criações, controle biológico de pragas e maior utilização de mão de obra” (id.).

Definições similares de agroecologia com diferentes graus de apropriação e incorporação também aparecem nos programas de ação dos movimentos integrantes da Via Campesina Brasil. Destaca-se, por exemplo, o MST, o MPA e o MMC.

O MST vem adotando preocupações com questões ambientais, segundo Costa Neto e Canavesi (2002), desde seu primeiro Congresso Nacional (em 1985); porém, neste Congresso as indicações de preocupação ambiental eram ainda tímidas. Dez anos depois (1995, em seu terceiro Congresso Nacional) o MST divulgou a “visão de um novo tipo de reforma agrária”, que incorporava preocupações ambientais. Porém, segundo indicação destes autores, foi somente a partir do ano 2000 (no quarto Congresso Nacional) que o MST passou a comprometer-se mais fortemente com a perspectiva da “reforma agrária agroecológica” (id.).

Durante a década de 1990 três fatores foram fundamentais para a identificação progressiva do MST com a agroecologia: a) o fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro (que pôs fim às políticas setoriais, preços mínimos e abriu os mercados) e também pela expansão da fronteira agropecuária para o Centro-Oeste do país o que provocou o aumento da escala de produção necessária para a retenção de taxas de lucro e renda da terra, dificultando a viabilidade econômica dos proprietários de “pequenos patrimônios produtivos” (Benetti, 2000); b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina Internacional. Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento (centrada na formação de cooperativas de

produção especializadas), gerando um processo de revisão e debate sobre a produção agropecuária dos assentamentos rurais. Nesse período, foi iniciado um debate sobre as experiências de organização produtiva nos assentamentos e novas propostas surgiram, dentre elas a agroecologia (CONCRAB, 2004). O terceiro fator colocou as lideranças nacionais e regionais em contato com outras organizações internacionais que já haviam assumido a agroecologia como perspectiva de desenvolvimento produtivo, como forma de valorizar o saber-fazer dos agricultores, geração de renda econômica, proteção do meio ambiente e em contraposição às empresas transnacionais.¹³ Esses elementos somados propiciaram que o debate que já estava sendo realizado internamente ganhasse expressão e começasse a aparecer em documentos e nas declarações públicas dos integrantes desse Movimento. Nesse sentido, em uma cartilha sobre “novas formas de organização dos assentamentos” do MST encontra-se uma orientação no que se refere à agroecologia:

A produção passa necessariamente por um novo padrão produtivo e tecnológico, na produção ecológica ou orgânica com base na agroecologia. Deve-se basear na utilização de recursos naturais, adequados as demandas de forma racional, planejada e integrada às atividades econômicas e o bem estar da saúde e do ambiente natural. [...] Devemos estimular, como fertilizantes do solo, o uso de adubos orgânicos aproveitando o esterco dos animais e, ao mesmo tempo alimentar os animais com a própria produção do assentamento, garantindo saúde para as pessoas e os animais. Garantir a auto-suficiência na produção de sementes e mudas próprias. (CONCRAB, 2004, p.18).

No quinto Congresso Nacional (realizado em 2007) o MST assumiu como um de seus compromissos: “Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2007, sn). Nessa indicação o movimento sem-terra busca se comprometer em defender as sementes crioulas e a biodiversidade e incentivar as “práticas de agroecologia” nos

¹³ Conforme entrevistas de Adalberto Greco Martins e Álvaro Della Torre, assessores da Cooperativa Estadual dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS), concedidas a Marcos Piccin em dezembro de 2005.

assentamentos, porém também se evidencia que este é um processo ainda incipiente, que está em construção e que o MST tenta se colocar como um agente ativo.

Longe de naturalizarmos na análise “o” MST como um movimento homogêneo, as posições políticas contidas em documentos tendem a expressar opiniões das direções e dos quadros intermediários.¹⁴ Essas idéias expressam um projeto político e uma proposta aos agricultores-assentados. Nesse sentido, a agroecologia tem sido apresentada para os assentamentos mais como uma possibilidade que pode ser acionada pelos assentados do que uma receita que estes devem adotar uniformemente (Piccin e Picolotto, 2007). Pois vários fatores podem influenciar na tomada de decisões dos agricultores-assentados quanto às estratégias de reprodução social.¹⁵ Portanto, o fato dessas experiências estarem sendo desenvolvidas mais em alguns assentamentos e menos em outros (ou mesmo alguns não estarem sendo realizadas) não invalida a idéia, mas complexifica e repõe constantes desafios ao projeto político do Movimento.

O MPA, por ser um movimento que se propõe a organizar os pequenos agricultores camponeses, tem procurado articular seu objetivo de defesa da agricultura camponesa e do meio ambiente com a viabilização e geração de renda para estes agricultores. Para isso, entre outras ações, nos últimos anos tem desenvolvido uma proposta de integrar nas unidades camponesas o que tem chamado de sistema agroflorestal com a produção de biodiesel, objetivando ao mesmo tempo tornar os camponeses sujeitos produtores de energia, gerar novas fontes de renda e manter a autonomia relativa da agricultura camponesa. Assim, ao seu juízo a “construção de sistemas agroflorestais onde a combinação de árvores, plantios agrícolas e animais formam um conjunto que produz alimentos, energia, protege os solos e água e gera renda para a família é um dos caminhos mais seguros para reconstrução ecológica da agricultura” (MPA, 2007, p.16). Além disso, o MPA afirma que essas experiências de geração de energia e de domínio

¹⁴ Essa observação vale para as demais organizações aqui analisadas.

¹⁵ Podemos sugerir quatro grandes dimensões de fatores: a) do conjunto de conhecimentos, saberes e lógicas de ação internalizadas numa trajetória anterior ao acampamento e assentamento e da vivência particular da ansiedade, perigos e oportunidades e das significações que deu e dá aos eventos vividos durante esse período; b) das condições culturais objetivas (tidas como naturais, materiais e mercado local) do assentamento, assim como das subjetivações culturais que presentificam suas possibilidades futuras no assentamento, tais como, o que este território *poderia* ou *deveria* produzir; c) do ciclo de vida dos integrantes do núcleo familiar, das redes de relações estabelecidas com técnicos, dirigentes, com o crédito, com canais de comercialização; d) das condições comerciais determinadas, em grande parte, pelos oligopólios e mercado internacional (Piccin e Moreira, 2006).

dos processos de produção, podem ser importantes também para garantir a “autonomia energética” das unidades camponesas de produção, tendo em vista que estes “sistemas agroflorestais” também poderão servir para produzir energia para seu auto-consumo.

Neste contexto a noção de agroecologia utilizada pelo MPA recebe uma adequação aos seus objetivos ou uma apropriação singular, na medida em que esse movimento articula a busca da construção de certa autonomia camponesa com produção de biocombustíveis para geração de renda. Dessa forma, o MPA (2007, p.16-17) adverte, que em sua ótica, o “desafio colocado para a agricultura ecológica é o de construir sistemas agroflorestais que produzam alimento, energia, fibras e outras matérias-primas reproduzindo a lógica limpa, barata, robusta e produtiva da natureza” (id., p.16-17). Para dar suporte à implementação destas iniciativas que articulam produção de alimentos, “agrofloresta” e “biocombustíveis” o MPA (juntamente com o MAB e o MMC) tem construído uma escola para formação de “técnicos em agropecuária ecológica com ênfase em biocombustíveis” (cf. FUNDEP, 2007) no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul. O objetivo do curso, conforme é explicitado, é “capacitar jovens e adultos camponeses(as) [...] para que atuem em projetos de Desenvolvimento Sustentável do Campo, aplicando e desenvolvendo tecnologias de produção de bioenergias nas comunidades camponesas, baseadas na agroecologia” (FUNDEP, 2007, p.13).

No que se refere às proposições do MMC relacionadas às questões ambientais destaca-se, principalmente, a construção de oposição entre o modelo agrícola camponês e o das empresas capitalistas transnacionais. Em um documento do MMC evidencia-se:

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para nós, camponesas e camponeses, estes elementos da natureza são a base da vida, são riquezas que não têm preço, por isso não podem ser mercantilizadas. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, o capitalismo avança sobre o mundo desrespeitando limites, leis, colocando em risco a vida de todos os seres vivos, inclusive da humanidade. [...]

Para nós, camponesas e camponeses a terra deve cumprir função social não comercial, deve alimentar a vida não os lucros. Defendemos a agricultura camponesa que produz comida preservando a biodiversidade, respeitando a

pluralidade cultural das populações e gerando trabalho, renda e dignidade para muita gente (MMC, 2006, sn).

Nessa oposição entre modelos fica nítido que o MMC busca desconstituir a forma de exploração agrícola capitalista qualificando-a como “destruidora” da natureza, da cultura camponesa e da vida, acusando-a de insustentável. No lado oposto, estaria o modelo camponês que, através da inter-relação homem-natureza produziria diversidade tanto do ponto de vista animal e vegetal, quanto cultural. Nesse sentido, o modelo camponês é qualificado como sustentável.

Diante desta construção de oposição entre modelos de exploração agrícola e da especificidade da identidade do MMC, que procura articular as mulheres camponesas, tornou-se possível para este movimento articular sua definição de agroecologia como sinônimo de “agricultura camponesa” e como harmonia das “relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza”, ressaltando, primordialmente, o papel das mulheres nos processos de aprimoramento da agricultura.

As mulheres, desde os primórdios da humanidade, sempre exerceram uma ligação muito forte com a natureza e seus ciclos. Eram as mulheres que, além de coletar os frutos da terra para alimentar o grupo, aos poucos, começaram a semear, plantar e foram aprendendo a controlar a reprodução das espécies. Havia um respeito do ser humano para com a natureza, não destruindo-a, mas preservando-a. A observação da natureza, o aperfeiçoamento das ferramentas, das formas de vestir e de se proteger, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, que hoje, infelizmente, está subordinada ao capital e aos seus interesses. Agora, mais do que nunca, é necessário resgatarmos o sentido da palavra agricultura, entendendo-a como a arte, a cultura de lidar com a terra. Resgatar o cuidado e o grande amor pela vida e pela natureza.

A agroecologia é o princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral e busca essencialmente a harmonia nas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Viver de forma agroecológica é cuidar e reproduzir a vida, preservando e multiplicando a riqueza e a biodiversidade de nosso planeta. A agroecologia não se resume simplesmente a uma “alternativa” ao

modelo atual, ela é uma estratégia de resistência das camponesas e camponeses que vivem e lutam, cotidianamente, para permanecerem no campo (MMC, 2008, sn)¹⁶.

Segundo a definição deste movimento, os seres humanos são parte da natureza, co-evoluem conjuntamente com ela. Em suas palavras; “Quando envenenamos a terra estamos envenenando nosso próprio alimento. Quando tratamos a terra com respeito, estamos respeitando-nos mutuamente. [...] O futuro depende de nossa atitude com a natureza, pois ela retribui o tratamento que recebe” (MMC, 2008, sn). Nesse sentido, na noção de agroecologia são incluídos tanto elementos técnicos quanto socioculturais. A apropriação da noção de agroecologia do MMC se dá de uma forma ampla, por valorizar tanto os elementos da natureza e da produção agropecuária, quanto os relacionados à cultura camponesa e os relacionados à igualdade entre seres humanos. Nesse sentido, a agroecologia é concebida de forma integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise sobre a entrada de questões ambientais nas pautas dos movimentos camponeses brasileiros pode-se fazer ainda algumas considerações. Os movimentos camponeses, desde sua origem, haviam centrado suas pautas principalmente no questionamento da estrutura fundiária, na reivindicação de políticas públicas para a pequena agricultura, no reconhecimento da mulher agricultora, entre outras. Desde a constituição da seção brasileira da Via Campesina estes movimentos, por terem passado a dialogar com outros movimentos camponeses em nível mundial e com a constatação do domínio cada vez maior das empresas transnacionais sobre os processos de produção agropecuária e florestal, têm reorientado suas pautas no sentido de incorporarem centralmente questões ambientais em seu repertório de lutas. Assim, a busca da aplicação da matriz de produção agroecológica, da construção de relações entre homem-natureza mais harmoniosas, da preservação da biodiversidade, dos conhecimentos

¹⁶ Grifos nossos.

tradicionalis, da cultura local, entre outras, são questões que motivam muitas das ações destes movimentos no período atual.

A incorporação de preocupações ambientais no centro das proposições dos movimentos camponeses não se dá sem intenções de reservar aos camponeses a condição de “guardiões da biodiversidade”, dos conhecimentos tradicionais e da produção de alimentos “limpos”. Assim, estes movimentos ao mesmo tempo em que condenam a forma “predatória” de exploração agropecuária e florestal das empresas transnacionais, buscam positivar o modo camponês de produzir e de se relacionar com a natureza. Nesse sentido, com a mesma intensidade que os movimentos camponeses têm atacado as empresas transnacionais também têm procurado avançar na consolidação de uma via camponesa de produção agropecuária e florestal. A agroecologia, os conhecimentos tradicionais, a preservação e o controle da biodiversidade (das sementes, particularmente) pelos camponeses são passos importantes para desenvolver este formato de agricultura camponesa.

Nesse mesmo processo, como os movimentos camponeses internalizaram pautas ambientais em seus repertórios de ação, estes podem ser considerados atualmente como movimentos sócio-ambientais, por tratarem tanto de questões propriamente “sociais”, quanto ambientais. Essa mudança tem se traduzido principalmente na centralidade que as questões ambientais têm adquirido nos repertórios de ações destes movimentos e nas iniciativas tanto de enfrentamento das empresas capitalistas transnacionais, quanto na busca de valorização e resgate de conhecimentos tradicionais, sementes “crioulas”, experiências de agroecologia, entre outras. Nessa disputa o que está em jogo, em última instância, são modelos de desenvolvimento das sociedades humanas e formas de conceber a natureza.

Outra consideração relacionada em parte com as anteriores diz respeito à possibilidade de ampliação do diálogo dos movimentos camponeses com os movimentos ambientalistas *stricto senso*, pois as pautas destes movimentos passaram a ter fortes pontos de contato na medida em que os movimentos camponeses também estão assumindo questões ambientais em seus programas e têm procurado materializar essas questões em suas ações. Neste sentido, as possibilidades de ampliação das alianças políticas dos movimentos camponeses com os ambientalistas podem ocorrer e ampliar o potencial de ação e de proposição de ambos. Em algumas ações recentes em que os movimentos

camponeses têm enfrentado empresas transnacionais produtoras de papel e celulose ou de sementes transgênicas alguns movimentos ambientalistas têm contribuído seja dando suporte, seja apoiando publicamente as ações promovidas pelos movimentos camponeses.

Por fim, vale ressaltar que mesmo que os movimentos camponeses brasileiros tenham incorporado em suas pautas questões ambientais, este ainda é um processo não totalmente definido, que está em vias de conformação. Diante desta situação, as possibilidades tanto de posituação da agricultura camponesa por ela ser a “guardiã da biodiversidade”, quanto de uma aliança com os movimentos ambientalistas são possibilidades que estes movimentos estão experimentando, mas que ainda estão em estágios iniciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan M. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 2. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1995.

_____. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (Coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BORRAS, Saturnino M. *La Via Campesina: um movimento en movimiento*. Amsterdam: Transnational Institute/Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6° Ed. Campinas: Papirus, 1996.

BUTTEL, Frederick H. Instituciones sociales y cambio medioambiental. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

CARVALHO, Horácio M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato*. Curitiba, 2007 (Digitado).

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). *Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência das Comunas da Terra*. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004 (Cadernos de Cooperação Agrícola nº 15).

COSTA NETO, Canrobert. Discutindo referenciais para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-socio-lógica. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

_____.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (org.) *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. México: CLACSO, 2002.

DIEGUES, Antonio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: NAPAUB, 2000.

DUNLAP, Riley E. Evolución de la sociología del medio ambiente: breve historia y valoración de la experiencia estadounidense. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

FERNANDES, Bernado M. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/neral>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

FIAN; VIA CAMPESINA. *Campanha global pela reforma agrária: a reforma agrária no Brasil - Informe da missão investigadora da FIAN e da Via Campesina sobre a situação das políticas e programas governamentais de reforma agrária enquanto responsabilidade no cumprimento dos direitos humanos*, Junho de 2004.

FUNDEP. *Curso técnico em agropecuária ecológica: ênfase em biocombustíveis – fortalecer a resistência camponesa*. Ronda Alta: FUNDEP, 2007 (Projetos Institucionais 1).

FROELICH, José M. *Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Tese (Doutorado), 2002.

_____. Discutindo referenciais na construção de saberes socioambientais: a noção de natureza na agroecologia. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Porto Alegre, 2004.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo, *Estudos sociedade e agricultura*, n.19, out, 2002, p.72-88.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LENOBLE, R. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

LENZI, Cristiano L. *A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco*. Campinas: Unicamp, Tese (Doutorado), 2003.

_____. *Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Recife, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>>. Acessado em: março de 2005.

MMC. *Manifesto das Mulheres Camponesas – Via Campesina – Brasil à 1ª Conferência Mundial da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (FAO)*. 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acessado em: dezembro de 2006.

_____. *Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida*. 2008. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br>>. Acessado em: 28 fevereiro, 2008.

MPA. *Agrofloresta produtiva: alimento saudável natureza preservada energia nas mãos do povo* (Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores para implantação de sistemas agroflorestais para produção de alimento e energia), 2007 (Digitado).

MST. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. *Carta Maior*, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 junho 2007.

MOREIRA, Roberto J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. *Estudos sociedade e agricultura*, vol. 12, n° 2, out. 2004, pp. 194-236.

_____. *Natureza, ciência e saberes II: Agricultores assentados e assentamento*. Convênio CPDA/REDES – NEAD/INCRA. Curso de Atualização para os Técnicos da ATES. Texto apoio. Março, 2005. (Mimeo).

_____. *Identidades costeiras complexas no pensamento científico*. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006.

NORGAARD, Richard B. Uma sociología del medio ambiente coevolucionista. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

PICCIN, Marcos B.; PICOLOTTO, Everton L. *A luta e o processo de geração de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>.

_____; MOREIRA, Roberto J. A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores-assentados na granja “menina dos olhos dos sem-terra”: o caso do Assentamento Ceres, RS. *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, vol. 14, n° 2, out. 2006, p. 254-311.

PICOLOTTO, Everton L. *“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM (Dissertação de Mestrado), 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural>>.

_____. *Movimentos camponeses e questões ambientais: os movimentos camponeses estão se tornando sócio-ambientais?* In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. Rosário, 2000. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos/artigo241001.pdf>>. Acessado em: abr 2008.

_____.; MIELGO, Antonio A. Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica, como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores. Córdoba, 2002. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater>>. Acessado em: fev 2008.

_____.; MOLINA, Manuel G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2005.

STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.

VIA CAMPESINA. *Subsídios para implementar a campanha das sementes*. São Paulo: Via Campesina, 2003.

WHITEHEAD, Alfred N. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.